





04	9.º ano (3.º ciclo do ensino básico)		09	Mestrado	
05	12.º ano (ensino secundário) ou Curso tecnológico /profissional/ outros (nível III ou IV) <sup>1</sup>		10	Doutoramento	

#### 4.1. FORMAÇÃO ACADÉMICA/PROFISSIONAL

Área de formação académica	
Área de formação profissional	
Outras formações académicas e profissionais relevantes	

#### 4.2. FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SUBSTITUTIVA DO NÍVEL HABILITACIONAL EXIGIDO

No caso de a publicitação do procedimento concursal prever a possibilidade de substituição do nível habilitacional exigido por formação ou experiência profissional substitutiva, indique-a no quadro seguinte.

--

#### 5. SITUAÇÃO JURÍDICO-FUNCIONAL DO TRABALHADOR

É titular de vínculo de emprego público?

Sim

Não

Caso seja detentor de vínculo de emprego público, preencha os quadros 5.1. e 5.2.  
Caso não seja detentor de vínculo de emprego público, passe diretamente ao ponto 7 deste formulário.

##### 5.1. Modalidade de Vínculo de Emprego Público

Nomeação	Definitiva	
----------	------------	--

<sup>1</sup> Nível III ou IV: Nível de qualificação da formação (com equivalência ao ensino secundário)



	A termo resolutivo certo	
	A termo resolutivo incerto	
Contrato de trabalho em funções públicas	Por tempo indeterminado	
	A termo resolutivo certo	
	A termo resolutivo incerto	

## 5.2. Situação Profissional

Situação profissional atual	Em exercício de funções	
	Em licença	
	Ao abrigo do Regime de Valorização Profissional, aprovado pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio	
Órgão ou serviço onde exerce ou, por último, exerceu funções		
Carreira e categoria		
Atividade exercida ou que, por último, exerceu no órgão ou serviço		
Posição e nível remuneratórios detidos		
Avaliação de desempenho		

## 6. OPÇÃO POR MÉTODOS DE SELECÇÃO

Se se encontra a cumprir ou executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do(s) posto(s) de trabalho publicitado(s) ou, encontrando-se ao abrigo do Regime de Valorização Profissional, aprovado pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, as cumpriu ou executou por último, e pretende afastar os métodos de seleção obrigatórios, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, assinale a seguinte declaração:

<p><i>“Declaro que afasto os métodos de seleção obrigatórios Avaliação Curricular e, quando aplicável, Entrevista de Avaliação de Competências, e opto pelos métodos de seleção “Prova de Conhecimentos” e, quando aplicável, “Avaliação Psicológica”, nos termos dos n.ºs 3 e 5 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.</i></p>	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

## 7. NECESSIDADES ESPECIAIS

*Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique o respetivo grau, o tipo de deficiência e se necessita de meios / condições especiais para a realização dos métodos de seleção.*



Grau de incapacidade	
Tipo de incapacidade	

7.1. Especifique as condições especiais necessárias para a realização dos métodos de seleção.

--

## 8. DECLARAÇÕES FINAIS

Assinale com X os campos seguintes, se concordar e autorizar.

<i>“Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, bem como os constantes no Aviso de Abertura do Procedimento Concursal.”</i>	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

<i>Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g), n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas.”</i>	
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

<p><i>O tratamento de dados respeitará a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais e será realizado com base nas seguintes condições:</i></p> <p><i><u>Responsável pelo tratamento:</u> Câmara Municipal de Mação.</i></p> <p><i><u>Finalidade do tratamento:</u> Verificação do cumprimento de requisitos de admissão e aplicação de métodos de seleção.</i></p> <p><i><u>Destinatário(s) dos dados:</u> Serviço com a competência para apreciar ou intervir no processo de recrutamento.</i></p> <p><i><u>Conservação dos dados pessoais:</u> Até doze (12) meses após a cessação do procedimento concursal, sem prejuízo da sua conservação para além desse período para o cumprimento de obrigações municipais e/ou legais.</i></p> <p><i>Em certas circunstâncias, partilhamos e/ou somos obrigados a partilhar os seus dados pessoais com terceiros fora da Câmara Municipal de Mação, para cumprimento e obrigações legais, sempre de acordo e em conformidade com as leis de proteção de dados aplicáveis. Estas partes irão atuar como responsáveis pelo tratamento dos seus dados pessoais por direito próprio e serão responsáveis pelo cumprimento das leis de proteção de dados aplicáveis.</i></p> <p><i>O candidato, sujeito às limitações inerentes à condição de licitude do tratamento dos dados pessoais, temo direito de solicitar o acesso, a correção ou a eliminação dos dados pessoais, bem como de requerer a portabilidade dos dados.</i></p>	
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--



O candidato tem o direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

**Assinatura**

<b>Localidade</b>		<b>Data</b>	
-------------------	--	-------------	--

#### 9. DOCUMENTOS ANEXOS

<b>Documento de identificação civil</b>	
<b>Certificado de habilitações</b>	
<b>Comprovativos de formação (Quantidade ____)</b>	
<b>Declaração a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria<sup>1</sup></b>	
<b>Certificado comprovativo de conclusão de estágio profissional na Administração Pública</b>	

<b>Declaração comprovativa de que se encontra ao abrigo do Regime de Valorização Profissional</b>	
<b>Comprovativos de requisitos especiais (Quantidade ____)</b>	
<b>Curriculum Vitae</b>	
<b>Outros:</b>	